

Fls.: 170  
Proc.: 17850/13  

---

Rubrica

Brasília - DF, 26 de abril de 2016.

Processo n° 17850/2013

Interessado (a): PÉRICLES JOSÉ PÓVOA JÚNIOR

Assunto: Pedido de Reconsideração

Ementa: Abono de permanência. Aposentadoria Especial. Deficiência física. Parecer nº 65/2016-CJP e Complementação. Despacho da Presidência. Pedido de Reconsideração. Deferimento.

Senhor Chefe.

Retornam os autos em face do Pedido de Reconsideração apresentado pelo servidor PÉRICLES JOSÉ PÓVOA JÚNIOR, Auditor de Controle Externo, Classe Especial, Padrão 63, matrícula 631-9, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte, em face de Despacho Administrativo que acolheu o Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência nº 65/2016-CJP (Complementação).

2. Preliminarmente, urge examinar os pressupostos de admissibilidade do presente Pedido. Em relação ao cabimento, a espécie recursal encontra-se correta, pois tem previsão no art. 170, da Lei Complementar nº 840/11, que assevera:

*“Art. 170. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.”*

3. Quanto ao interesse recursal, verifica-se que o pedido é adequado para o exame da matéria. O pleito atende ao disposto previsto no inciso I do art. 58 da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, *verbis*:

*“Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:  
I – os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;”*

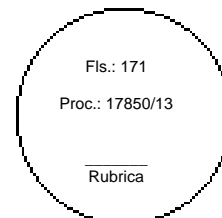
4. No tocante à tempestividade, observa-se que a interposição do Pedido deu-se em 18.04.2016 (fl. 141). A ciência do interessado do Despacho de fl. 139 ocorreu em 15.04.16, consoante verifica-se à fl. 140. No caso, o presente pedido é tempestivo, conforme o prazo de 30 dias previsto no art. 172 da Lei Complementar nº 840/11, que assim dispõe:

*“Art. 172. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, contados da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão impugnada.”*

5. Atendidos os pressupostos de admissibilidade, passa-se à análise do mérito do recurso. Diante dos documentos relevantes já constantes dos autos, além da Declaração juntada à fl. 150, o interessado apresenta suas justificativas da desnecessidade de apresentar novos documentos probantes acerca de sua deficiência física,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



recomendados pelo Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência nº 65/2016-CJP (Complementação). Requer o mesmo tratamento dispensado no Processo-TCDF nº 35468/13, que deu origem à Decisão-TCDF nº 4/2016, para ser considerada a data de 13/08/2007 como o dia de referência para receber os valores retroativos, referentes ao abono de permanência a que tem direito, respeitado o prazo prescricional retroativo de cinco anos, a contar da data do requerimento do abono (26/03/2013).

6. No que tange à recomendação específica da Consultoria Jurídica para que o interessado apresente outros elementos de prova acerca de sua deficiência física, como laudos dos exames pré-admissionais nos empregos anteriores e/ou perícia médica, o servidor justifica que juntou ao processo declaração da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, informando sobre a impossibilidade de resgate do laudo de seu exame admissional. Salienta, também, que acostou aos autos: Ação de Justificação Judicial que confirma o fato de a sua deficiência vir antes do início de seu período laboral (1º de julho de 1982); dois laudos de rede privada e um de rede pública que comprovam a sua deficiência; e, por último, declaração médica mencionada pela Consultoria Jurídica.

7. O servidor enaltece o fato de a Divisão de Programas de Saúde desta Corte, como departamento competente para realização de perícia e emissão de pareceres médicos, ter comprovado que a deficiência existe desde antes do início das contribuições previdenciárias. Como arremate da primeira parte de sua defesa, assevera que não compete à Consultoria Jurídica da Presidência “emitir juízo de valor sobre os documentos de estrita responsabilidade dos profissionais legalmente credenciados para o exercício de sua função” e que a recomendação da Consultoria Jurídica encontra-se superada, pois há documentação comprobatória suficiente nos autos capazes de atestar a deficiência e de fixar o marco inicial dela.

8. Sobre esta parte da discussão, este Serviço corrobora as alegações do interessado, apontando que os documentos citados de fato encontram-se nos autos, às fls. 9, 103 e 104.

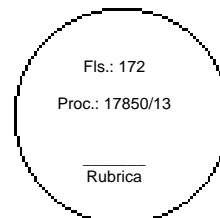
9. O segundo item do Pedido de Reconsideração confronta a ressalva suscitada pela Consultoria Jurídica para o deferimento do pleito do servidor. De acordo com o Parecer nº 65/2016-CJP (Complementação), o prazo para a aposentadoria especial concedida deveria ser contado com esteio no art. 3º, III, da Lei Complementar nº 142/2013, que estabelece o lapso de 33 anos de contribuição para que o segurado com deficiência leve possa se aposentar. Com a aplicação deste tempo, o interessado só alcançaria o tempo para se aposentar em 1º de junho de 2012 (fl. 138).

10. Nesse particular, o interessado traz a posição já definida na Decisão nº 04/2016, prolatada no processo nº 35468/2013, além de citar os processos nº 35506/2013, 8640/2014 e 1405/2013, nos quais este Tribunal se manifestou favoravelmente à concessão do abono de permanência a partir da data em que seus servidores portadores de deficiência completaram os requisitos para aposentadoria especial. Com isso, não há outra alternativa senão dar tratamento igualitário em relação aos demais casos.

11. Quanto à aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91, salienta que a Lei Complementar nº 142/2013 só entrou em vigor um tempo depois que ele apresentou o pedido de abono de permanência e depois de ter completado o tempo suficiente para aposentadoria especial. Para embasar seu argumento, transcreveu o texto da Orientação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



Normativa nº 16/2013 – MPOG e o texto do julgamento do Mandado de Injunção 6379/DF pelo STF.

12. Em relação ao abono de permanência especial, a despeito da previsão do art. 40, § 4º, inciso I, da CF/88, não há legislação específica para a concessão do abono de permanência no caso de cumprimento dos requisitos para aposentadoria especial para deficiente físico para servidores do Distrito Federal. A matéria vem sendo tratada com base em decisões judiciais e administrativas. A jurisprudência tem se inclinado ao direito à concessão de abono de permanência quando completados os requisitos à aposentação especial. Para tanto, tem-se adotado a aplicação do regramento do Regime Geral de Previdência para a análise dos pleitos, consoante o disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91 e da LC nº 142/13.

13. Neste sentido, o TCDF também tem garantido o direito à percepção de abono de permanência, a exemplo das Decisões nºs 20/12-AD e 4287/13, verbis:

**Decisão nº 20/12-AD**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu ter por regular a concessão do abono de permanência aos servidores que, tendo cumprido os requisitos elencados no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, optem por permanecer na atividade. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO seguiu o Relator, apresentando declaração de voto, na forma do art. 71 do RI/TCDF. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Relator, mandar publicar, em anexo à ata da Sessão Ordinária nº 4498, o relatório/voto do Relator e a referida declaração de voto. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.*

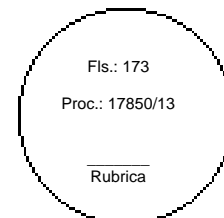
**Decisão nº 4287/13**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da consulta formulada pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, vista à fl. 1, por preencher os requisitos impostos no artigo 194 do Regimento Interno do TCDF; II - em resposta à consulta aludida no item anterior, informar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que: 1) enquanto não sobrevier lei complementar regulamentando o inciso I do § 4º do art. 40 da CRFB e até 08.11.13, é razoável a utilização das diretrizes do Supremo Tribunal Federal expressas, entre outros, no julgamento dos Mandados de Injunção nºs 1967, 4153, 3322, 4245 e 4237, em conjunto com o de nº 1286, que autorizam a aplicação da Lei federal nº 8.213/91 (art. 57) para a análise dos pedidos de aposentadorias especiais dos servidores públicos portadores de deficiência; 2) de 09.11.13 em diante, caso ainda esteja sem regulamentação o inciso I do § 4º do art. 40 da CRFB, tenha como parâmetro para a análise dos pedidos de aposentadorias especiais dos servidores públicos portadores de deficiência a Lei Complementar nº 142/13; 3) nos termos dos MIs 855, 899, 900 e 971, é inviável a contagem ponderada de períodos laborados por servidor portador de necessidades especiais; III – autorizar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, a instrução, o parecer do Ministério Público junto à Corte e o relatório/voto do Relator.*

14. O entendimento acerca da matéria no âmbito administrativo desta Corte tem ganhado posicionamentos mais claros após a análise de diferentes casos. Merecem realce os Processos nºs 14061/13, 14045/13 e 8640/14. Ao analisar os referidos Processos, o Tribunal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



fixou critérios para o direito ao abono de permanência nos casos de aposentadoria especial para deficientes físicos.

15. No Processo nº 14045/13, a Corte explicitou a forma de contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria especial. O Processo culminou na Decisão nº 05/14-AD, assim exarada:

*Decisão nº 5/2014*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do requerimento acostado pelo servidor Ronaldo Dias Vieira às fls. 46/48; II. no mérito: a) quanto ao direito, considerar procedente o quanto requerido, reconhecendo que o servidor, portador de necessidades especiais, faz jus ao abono de permanência, retroativamente, desde quando completou os requisitos necessários à aposentação especial (artigo 40, § 4º, inciso I, da CF), fato ocorrido em 24.10.2006; b) quanto aos efeitos financeiros da concessão, sujeitar o pagamento à prescrição quinquenal, contada desde a data do seu requerimento (de 13.9.2013 - fls. 48/53), bem como limite a vigência do pagamento retroativo a 15.06.2013, data imediatamente anterior aos efeitos do despacho exarado à fl. 40 dos autos em exame, que se refere à concessão de abono de permanência já outorgada ao requerente; III. dar ciência ao requerente desta deliberação plenária; IV. autorizar o retorno dos autos à Segedam, para adoção das providências pertinentes. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata da Sessão Ordinária nº 4664, o relatório/voto do Relator.*

16. Neste aspecto, verifica-se que o Tribunal considerou como requisito para a aposentadoria especial o lapso de 25 anos ininterruptos de tempo de serviço/contribuição na condição especial, a teor do disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91. Eis o excerto do voto condutor da Decisão nº 05/14-AD, exarada no âmbito do Processo nº 14045/13:

*“No que tange aos requisitos, acolho o entendimento externado pela Consultoria Jurídica da Presidência, no sentido de que devem ser atendidas apenas as condições exigidas para a aposentadoria especial de portadores de deficiência, notadamente **ter 25 (vinte e cinco) anos ininterruptos de serviço/contribuição na condição especial a que se refere o art. 40, § 4º, inciso I, da CF**, sem que sejam exigidos, portanto, tempo mínimo no serviço público, tempo mínimo no cargo ou idade mínima.*  
*(...)” (grifado)*

17. O referido voto-condutor acolheu o Parecer nº 16/14 e Complementação da Consultoria Jurídica da Presidência, que se embasando na Decisão TCDF nº 4.287/13, assim estabeleceu os requisitos exigíveis para a concessão de permanência para os casos de aposentadoria especial de portador de deficiência física, consoante o disposto na Lei 8.213/91:

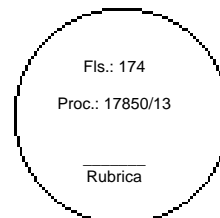
**DA POSSÍVEL RETROATIVIDADE DA DECISÃO Nº 4287/13 E DO MARCO TEMPORAL PARA A CONCESSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA**

*O Tribunal de Contas do DF assentou a possibilidade de concessão de aposentadoria especial aos portadores de deficiência, por meio da Decisão nº 4287/13, in verbis:*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da consulta formulada pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, vista à fl. 1, por preencher os requisitos impostos no artigo 194*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



do Regimento Interno do TCDF; II - em resposta à consulta aludida no item anterior, informar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que: 1) enquanto não sobrevier lei complementar regulamentando o inciso I do § 4º do art. 40 da CRFB e até 08.11.13, **é razoável a utilização das diretrizes do Supremo Tribunal Federal expressas, entre outros, no julgamento dos Mandados de Injunção nºs 1967, 4153, 3322, 4245 e 4237, em conjunto com o de nº 1286, que autorizam a aplicação da Lei federal nº 8.213/91 (art. 57) para a análise dos pedidos de aposentadorias especiais dos servidores públicos portadores de deficiência;** 2) de 09.11.13 em diante, caso ainda esteja sem regulamentação o inciso I do § 4º do art. 40 da CRFB, tenha como parâmetro para a análise dos pedidos de aposentadorias especiais dos servidores públicos portadores de deficiência a Lei Complementar nº 142/13; 3) nos termos dos MIs 855, 899, 900 e 971, é inviável a contagem ponderada de períodos laborados por servidor portador de necessidades especiais (...)

Quer-se crer que a decisão do Tribunal não tem o condão de constituir direitos, até porque não é essa a função constitucional da Corte de Contas. Logo, o que o citado decisum procedeu, salvo melhor juízo, é reconhecer um direito já latente ao servidor portador de deficiência física.

De fato, a norma que garante a aposentadoria especial de portadores de deficiência tem sua gênese na própria Constituição, malgrado a falta de norma regulamentadora que perdura, diga-se, até os dias de hoje para o servidor público.

Assim, uma vez que a decisão da Corte apenas reconheceu o direito, entende-se plenamente possível a retroação de seus efeitos ao momento em que o servidor tenha cumprido os requisitos necessários para tanto.

Essa definição do marco temporal para a concessão do abono de permanência, na falta de norma expressa que o regule, guarda compatibilidade com o decidido em processo análogo (nº 10.623/10), no qual a Corte abordou a questão referente a aposentadorias especiais decorrentes de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Naquela oportunidade, sua excelência, o Conselheiro Inácio Magalhães Filho, asseverou:

#### **DOS REQUISITOS EXIGÍVEIS PARA A CONCESSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA, EM CASOS DE APOSENTADORIA ESPECIAL DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA**

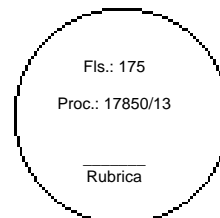
Conforme já salientado à saciedade, alhures, o abono de permanência, em casos que tais, não possui regramento específico. Assim, entende-se que se deva recorrer a situações análogas já enfrentadas pela Corte, a fim de que se estabeleçam critérios para a concessão do benefício.

Nessa seara, **ao tratar da aposentadoria especial para servidores que trabalham em atividades nocivas à saúde e à integridade física, conforme contido no multicitado Processo nº 10.623/10, o TCDF estabeleceu que o requisito principal para a aposentadoria especial do beneficiário de Mandado de Injunção é o cumprimento do período mínimo de 25 anos de atividade especial, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, sem exigência de outros requisitos, como tempo de serviço público, tempo no cargo, idade mínima, aplicáveis às demais modalidades de aposentadoria permitidas ao servidor público.**

**Assim, entende-se que o servidor que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, na condição de portador de deficiência física, terá direito, caso faça opção, à percepção do abono de permanência, não sendo**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



***necessários outros requisitos, tais como tempo de serviço público, tempo no cargo ou idade mínima.***

*Ocorre que as demais exigências aplicam-se a outras espécies de aposentadoria voluntária (por tempo de contribuição e por idade), não sendo de boa técnica jurídica, salvo melhor juízo, criar-se modelo híbrido que contemplasse condições de uma espécie de aposentadoria voluntária para utilização em outra.” (grifado)*

18. Posteriormente, ao examinar o Processo nº 8640/2014, a Presidência desta Corte incorporou os ditames previstos na LC nº 142/13 na análise do cumprimento dos requisitos para a aposentadoria especial. Também fixou a vigência do abono de permanência a partir da implementação dos referidos requisitos, aplicando-se, quanto aos efeitos financeiros, o disposto na Decisão nº 05/14 supra. Vale a transcrição do seguinte extrato conclusivo do Despacho da Presidência no Processo nº 8640/14:

*“Destarte, aderindo ao entendimento vertido nas informações das Secretarias Geral de Administração e de Gestão de Pessoas e considerando o que deflui da Decisão nº 05/2014-AD, bem como da jurisprudência que venho de reproduzir, decido:*

*I. - pelo conhecimento e deferimento do Pedido de Reconsideração visto às fls. 92/147, para que a vigência do abono de permanência requerido às fls. 1 se dê a partir da data de implementação dos requisitos inscritos no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal c/c o previsto na Lei Complementar nº 142/2013; (...)”*

19. Mais recentemente, no âmbito do Processo nº 35468/2013, foi exarada a Decisão nº 4/2016, que assim dispôs:

Decisão nº 4/2016:

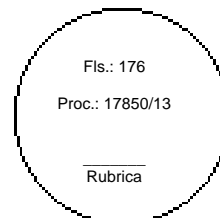
*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos requerimentos de fls. 1, 48 e 85/230, subscritos pelo servidor JOSÉ HIGINO DE SOUZA; b) da decisão judicial favorável à pretensão do requerente, proferida nos autos do Mandado de Injunção 2014.00.2.029308-6-TJDF (fls. 239/274, 286/287, 306/328) e transitada em julgado em 27.11.2015 (fls. 163 do anexo); II – no mérito, com fundamento no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91 e observando o que deflui do disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, bem como do item II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 05/2014-AD, pelo deferimento do pedido objeto dos autos em exame e, por conseguinte, pela concessão do Abono de Permanência nos termos propostos pela Secretaria de Gestão de Pessoas; III – pela devolução dos autos em exame à Secretaria-Geral de Administração para ciência ao interessado, anotações e demais providências pertinentes, cuja implementação deverá observar a disponibilidade financeira e orçamentária.*

20. Por meio da referida Decisão, nos termos do voto-condutor, o Tribunal reconheceu que, sendo a condição de deficiência física contínua, não deve se ter por aplicável a literalidade do art. 57 da Lei nº 8.312/91 quanto à interrupção do tempo de serviço como excludente para a aquisição do direito à aposentadoria especial, consoante proposição da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo nº 35468/13, *verbis*:

*“ (...)”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



*IV. no mérito, pelo provimento do pedido objeto destes autos e, em consequência, pela concessão do Abono de Permanência a contar de 17.02.2013, data em que o requerente completou 25 anos de serviço e contribuição na condição especial de deficiente físico, observada a prescrição quinquenal a contar do requerimento inicial, ao amparo do art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, observado o disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, assim como o constante no item I da Decisão nº 05/2014-AD, haja vista que, para fins da modalidade de aposentadoria em questão, deve ser considerado todo o tempo de serviço/contribuição prestado na condição de portador de necessidade especial pois, diferente da situação do servidor que opera em condições insalubres ou perigosas, nas quais a interrupção do vínculo empregatício ou funcional implica também na interrupção da formação dos elementos factuais necessários à aquisição do direito ('atividade + condição nociva'), a condição de deficiência física não cessa durante os períodos de ausência de vínculo empregatício, motivo pelo qual os intervalos de tempo devem ser considerados como períodos de suspensão da contagem, em harmonia com a orientação proferida pelo Supremo Tribunal Federal em reiterados julgados, no sentido de se utilizar o recurso integrativo da analogia em detrimento da aplicação das disposições literais do art. 57 da Lei nº 8.213/91;"*

21. O voto-condutor da Decisão nº 4/2016-AD trouxe ainda importantes esclarecimentos quanto à questão, quando da análise do caso individual levado a plenário. Vale a transcrição do seguinte excerto:

*" (...)*

*Do que venho de destacar é possível concluir que:*

*a) ao suprir a lacuna legal existente no tocante à regulamentação da aposentadoria especial, a ser concedida ao servidor portador de deficiência, o Supremo Tribunal Federal vem decidindo que:*

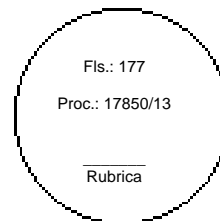
*a.1) aplica-se supletivamente o art. 57 da Lei nº 8.213/1991, com relação ao período anterior à entrada em vigor da LC 142/2013, e o disposto na referida Lei Complementar, no que se refere ao período posterior;*

*a.2) compete à autoridade competente para a concessão da aposentadoria especial verificar o efetivo preenchimento dos requisitos legais para a percepção do benefício, atividade que se estende à concessão do abono de permanência, por motivos óbvios;*

*b) o requerente foi admitido nesta Corte de Contas em 06.08.2004 e, conforme declarou a Junta Médica do TCDF, é portador de deficiência já presente na data de sua admissão (fls. 82), o que, a meu juízo, lhe confere o direito a aposentadoria especial prevista no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal c/c o prescrito na Lei Federal nº 8.213/91, vigente na data em que completou 25 anos de serviço/contribuição para tal efeito (17.02.2013);*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



- c) *na hipótese da aposentadoria especial deferida ao servidor portador de deficiência física, a presença desta, atestada via laudo médico, é que constitui o requisito fundamental para a concessão. Tal requisito, segundo a Lei Complementar nº 142, de 08.05.2013, pode ser grave, moderado ou leve e esta gradação é que definirá o tempo mínimo que o servidor terá que contribuir para adquirir o direito a aposentadoria. Todavia, no caso concreto, tal gradação não incidirá pois a referida lei complementar não vigia na data em que o servidor completou 25 anos de contribuição para efeito de aposentadoria especial (17.02.2013). Portanto, a meu juízo, a presença da deficiência física, o cumprimento do tempo de contribuição legalmente pré-definido e a opção do servidor em continuar em atividade constituem, na espécie, os requisitos fundamentais da concessão do abono de permanência;*
- d) *é razoável o entendimento de que, na hipótese da aposentadoria por deficiência física, se revela descabido exigir-se que, à semelhança daqueles que laboraram em condições e local prejudiciais à saúde ou à integridade física (**ratione loci**), somente deva ser considerado o tempo ininterrupto de serviço, como previsto no § 3º do art. 57 da Lei federal nº 8.213/91. A aposentadoria especial, no caso dos portadores de deficiência física, deve ser deferida em função de suas específicas condições pessoais (**ratione personae**), cumprindo registrar que a deficiência não cessa, não desaparece durante eventuais intervalos, lapsos, lacunas entre o exercício de um emprego/ cargo e outro.*

(...)”  
(Grifado)

22. Desta maneira, conforme entendimento firmado pelo Tribunal, ante a ausência de regulação específica, considera-se aplicável ao presente caso o art. 40, § 4º, inciso I, da CF/88, c/c o disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91, no que couber, excetuando-se a previsão do § 3º, quanto à exigência de tempo ininterrupto de serviço para os casos de deficiência física. Eis os dispositivos:

Constituição federal

*Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.*

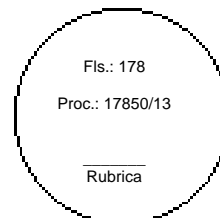
.....  
*§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:*

*I - portadores de deficiência;*

.....  
*Lei 8.213/91*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



*Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)*

*§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)*

*§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.*

*§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)*

*§ 4º O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional enquadrada neste artigo permanecer licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, será contado para aposentadoria especial.*

*§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)*

*§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) (Vide Lei nº 9.732, de 11.12.98)*

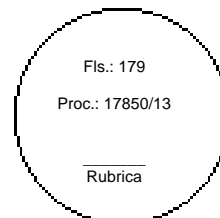
*§ 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no caput. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)*

*§ 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98).*

23. No caso específico destes autos, a sugestão da Consultoria Jurídica para o abono de permanência do interessado é que deveria ser concedido a partir de 01º.03.12 (fl. 138), com fundamento nos arts. 40, § 4º, inciso I, da CF/88, c/c art. 3º, inciso III, da LC nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



142/13, com efeitos financeiros a partir do requerimento de fl. 2, e não agosto de 2007, como o ex-servidor requer.

24. No entanto, em face da evolução do entendimento deste Tribunal acerca da matéria, conforme exposto, este Serviço entende que o abono de permanência do interessado tem por fundamento o art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, observando-se o disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, o item II, alíneas "a" e "b", da Decisão nº 05/2014- AD e a Decisão nº 04/2016-AD.

25. Neste aspecto, deve-se considerar todo o tempo de serviço prestado pelo interessado na condição de deficiente e averbado nesta Casa, ainda que com interrupção, e o tempo de 25 anos de contribuição nesta condição, tendo em vista ser aplicável *in casu* o art. 57 da Lei nº 8.213/91, por ter se completado os requisitos para a aposentadoria especial antes da vigência da Lei Complementar nº 142/13, conforme mencionado.

26. Em outras palavras, pelos documentos constantes dos autos é possível concluir que o interessado é portador de doença leve desde de 01.03.82, conforme Laudo Médico nº 08/16-DISAUDE/SEGEDAM (fl. 104) e completou 25 anos de serviço como portador de deficiência em 13.08.07, conforme tempos de serviço averbados nesta Corte (fls. 95/96);

27. Quanto aos efeitos financeiros do abono, consoante visto à Decisão nº 05/2014-AD, tem-se que o Tribunal já tem entendimento fixado acerca da matéria, sendo no sentido de que, no caso de abono de permanência decorrente do cumprimento de requisitos para a aposentadoria especial, os efeitos financeiros se dão a partir do requerimento específico, observada a prescrição quinquenal. Neste caso, como o requerimento foi apresentado em 26.03.13, o prazo de prescrição quinquenal conta-se a partir dessa data.

28. Diante do exposto, em atenção ao Pedido de Reconsideração apresentado às fls. 141/149 pelo servidor PÉRICLES JOSÉ PÓVOA JUNIOR, sugere-se o seu conhecimento, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, no entender deste Serviço, deferi-lo, nos termos do art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, observando-se o disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, o item II, alíneas "a" e "b", da Decisão nº 05/2014- AD e a Decisão nº 04/2016-AD.

À superior consideração.

Yuri Novais Pimenta Nunes  
Analista de Administração Pública

De acordo. À Segep.

Paulo César Carneiro  
Chefe do Serviço de Legislação de Pessoal